

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

**MARIA DE FÁTIMA DA ROSA**

**PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA  
INTELECTUAL E/OU SÍNDROME DE DOWN**

**FLORIANÓPOLIS  
2016**

**MARIA DE FÁTIMA DA ROSA**

**PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA  
INTELECTUAL E/OU SÍNDROME DE DOWN**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito final à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora: Profª. Dra. Marivete Gesser

**FLORIANÓPOLIS  
2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

ROSA, MARIA DE FÁTIMA DA  
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE SEXUALIDADE E  
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU SÍNDROME DE DOWN : PRODUÇÃO  
DO CONHECIMENTO SOBRE SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA  
INTELECTUAL E/OU SÍNDROME DE DOWN / MARIA DE FÁTIMA DA  
ROSA ; orientador, Profª. Dra. Marivete Gesser -  
Florianópolis, SC, 2016.  
36 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.  
Curso de CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE  
NA ESCOLA.

Inclui referências

1. Educação Especial. 3. Deficiência intelectual. 4.  
Sexualidade. 5. Síndrome de Down.. I. Gesser, Profª. Dra.  
Marivete . II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA  
ESCOLA. III. Título.

**MARIA DE FÁTIMA DA ROSA**

**PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA  
INTELECTUAL E/OU SÍNDROME DE DOWN**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para  
obtenção do título de Especialista em  
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em 10 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:



---

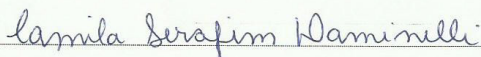
Olga Regina Zigelli Garcia

Banca Examinadora:



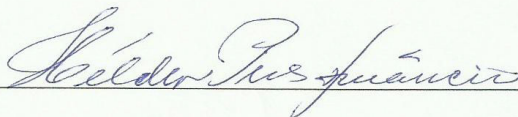
---

Fernanda Cardozo



---

Camila Serafim Damielli



---

Hélder Pires Amâncio

## AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e pelas bênção.

A família pelo apoio de sempre, confiança e pelo amor infinito.

A professora Marivete Gesser por acreditar na minha proposta e nos meus anseios, por sua orientação exemplar, compreensão e paciência, elementos decisivos para a concretização desta pesquisa.

Aos colegas e demais professores e tutores pela vivência e pelas trocas de experiências.

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina.

Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil.

Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária

## RESUMO

A sexualidade das pessoas com deficiência costuma ser estereotipada e invisibilizada pelas escolas, instituições e sociedade. Este trabalho tem como objetivo caracterizar a produção de conhecimento sobre a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual e/ou Síndrome de Down no âmbito da escola a partir da aprovação do Caderno “Orientação Sexual” relativo aos PCNs. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa no conhecimento. Foram pesquisados artigos publicados nas bases de dados da ANPED, SciELO e Google Acadêmico com base nos seguintes descritores: sexualidade, deficiência intelectual, escola, educação especial, educação sexual e Síndrome de Down. Estes foram agrupados por meio de diferentes combinações de descritores. A análise do material obtido foi realizada mediante à técnica de análise de conteúdo temática (BARDIN, 2000). Constatou-se que a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual e/ou síndrome de Down é permeada por mitos, estereótipos e conceitos ambíguos como os de assexuados e hiperssexuados. Estas pessoas ainda enfrentam a segregação e o preconceito social da sociedade diante da manifestação da sua sexualidade na escola. O estudo também identificou que os pais e professores enfrentam diversas dificuldades relacionadas à temática sexualidade e deficiência e que a falta de programas de educação sexual produz situações de vulnerabilidade a DSTs e a abuso sexual. Observou-se que há uma urgência na criação de programas de educação sexual que considerem as especificidades das pessoas com deficiência intelectual e/ou síndrome de Down para a diminuição dos mitos e estereótipos sobre a sexualidade desse público bem como para a efetivação de seus direitos sexuais e reprodutivos que lhes foram historicamente negados por influência de discursos baseados nos padrões normativos opressores desse grupo social.

**Descritores:** Educação Especial. Deficiência intelectual. Sexualidade. Escola. Síndrome de Down.

## ABSTRACT

ABSTRACT- The sexuality of people with disabilities is usually stereotyped and invisible by schools, institutions and society. This work aims to characterize the production of knowledge about the sexuality of people with intellectual disabilities and / or Down Syndrome within the school, as from the approval of the "Sexual Orientation" Notebook on PCNs. For that, an integrative knowledge review was carried out. Articles published in the ANPED, SciELO and Google Academic databases were searched based on the following descriptors: sexuality, intellectual disability, school, special education, sex education and Down Syndrome. These were grouped by means of different combinations of descriptors. The analysis of the obtained material was done using the thematic content analysis technique (BARDIN, 2000). It was found that the sexuality of people with intellectual disabilities and / or Down syndrome is permeated by myths, stereotypes and ambiguous concepts such as asexuals and hypersexuals. These people still face social segregation and social prejudice in the face of the manifestation of their sexuality in school. The study also identified that parents and teachers face various difficulties related to the issue of sexuality and disability and that the lack of sex education programs produces situations of vulnerability to STDs and sexual abuse. It has been observed that there is an urgent need to create Sexual education that considers the specificities of people with intellectual disabilities and / or Down syndrome to diminish the myths and stereotypes about the sexuality of this public as well as for the realization of their sexual and reproductive rights that have been historically denied them by the influence of discourses based In the normative oppressive patterns of this social group.

Descriptors: Special Education. Intellectual Deficiency. Sexuality. School. Down Syndrome.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	PERGUNTA DE PESQUISA .....	11
1.2	OBJETIVO GERAL.....	11
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	11
1.4	JUSTIFICATIVA.....	11
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	14
2.1	HISTÓRICO.....	14
2.2	LEGISLAÇÃO.....	16
2.3	SEXUALIDADE, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU SÍNDROME DE DOWN.....	18
3	MÉTODO.....	21
4	RESULTADOS.....	23
4.1	OS MITOS, ESTEREÓTIPOS E AMBIGUIDADES EM RELAÇÃO A SEXUALIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU SÍNDROME DE DOWN .....	23
4.2	DIFICULDADES DOS PROFESSORES E PAIS DE LIDAREM COM A SEXUALIDADE DE SEUS FILHOS.....	25
4.3	SEGREGAÇÃO E PRECONCEITO SOCIAL DIANTE DA MANIFESTAÇÃO DA SEXUALIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NA ESCOLA E A FALTA DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL.....	27
4.4	VULNERABILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FRENTE AS DSTS E ABUSO SEXUAL.....	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	31
	REFERÊNCIAS.....	33



## 1 INTRODUÇÃO

Como sabemos a sexualidade é uma dimensão fundamental do ser humano e não é diferente com as pessoas com deficiências. Esperamos que a disseminação de informação sobre a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual e síndrome de Down contribua para que possam vivenciar essa dimensão com autonomia e sem barreiras. Para tanto, acredita-se que este debate precisa ser implementado mais amplamente na sociedade, nas famílias, nas escolas e instituição que atendem esta parcela da população.

Observamos que um dos obstáculos para a discussão da sexualidade das pessoas com deficiência intelectual e síndrome de Down se deve à quase inexistência de relatos de experiência sobre o assunto. Esta carência está relacionada aos preconceitos e à discriminação presentes no contexto social em geral, que sustentam a idéia de que estas pessoas não têm o direito de exercer a sua sexualidade.

Neste sentido, será realizada uma pesquisa de revisão integrativa do conhecimento com o objetivo de analisar o conteúdo referente à temática Sexualidade e Deficiência Intelectual. Assim, serão analisados vários estudos relacionados ao tema com o objetivo de conhecer as diferentes contribuições científicas.

A sexualidade de pessoas com deficiência ainda tem sido vista "[...] como sendo patológica, isto é, por um lado, a sexualidade é compreendida como angelical, infantil ou até mesmo inexistente; e, por outro, uma sexualidade instintiva, agressiva, animalesca e incontrolável." (GLAT, 1992, p. 72).

Essas ideias são baseadas em estereótipos mantidos por crenças errôneas que o colocam como alguém impossibilitado, reforçados pelo estigma de que a pessoa com deficiência é assexuada, incapaz de lidar com a sexualidade e eterna criança. Esses estereótipos são uma extensão da visão popular da pessoa com deficiência e usados para justificar as atitudes de negação da sua sexualidade (GLAT, 1992).

Vários estudos têm demonstrado que estes estereótipos não têm comprovação científica e que a sexualidade da pessoa com deficiência não é qualitativamente diferente dos demais e que "[...] as opiniões e necessidades desses indivíduos raramente são levados em consideração na elaboração de teorias a respeito de sua sexualidade [...]" (GLAT, 1992, p. 66).

Deste modo, destaca-se a relevância social de se realizar pesquisas visando romper com a ideia de que a pessoa com deficiência é assexuada, eterna criança e incapaz de viver sua sexualidade. Além disso, por meio desta pesquisa poder-se-á identificar a contribuição das políticas públicas e das orientações sobre como a temática deve ser abordada nos diversos contextos sociais, entre eles a escola.

O principal documento que norteia o trabalho de educação sexual nas escolas é o Caderno intitulado “Orientação Sexual” dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997). Esse tem como propósito complementar à educação sexual oferecida pelas famílias. Como cada família tem sua própria dinâmica, a escola só deve se posicionar em relação aos valores familiares quando estes transgredirem os direitos das crianças. De acordo com Morales e Batista (2010, p.235)

[...] é papel da escola fornecer informações corretas sobre os conceitos próprios da sexualidade humana, incentivar a pesquisa a respeito de como as diferentes culturas se relacionam com a sexualidade e explicitar e problematizar mitos e falsas crenças. Dessa forma, os PCN abordam a sexualidade em relação aos aspectos biológicos, psíquicos, sociais e culturais.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN (1998), a educação sexual é denominada de orientação sexual e deve ser trabalhada de forma transversalizada em todas as disciplinas, porém observamos que as pessoas com deficiência ficam à margem destas políticas. Cabe explicar que, no entendimento dos autores, a educação sexual será decorrente de bagagem de crenças e valores culturais familiares, passada de maneira informal e orientação sexual abrange um trabalho sistematizado e de caráter pedagógico sobre o conteúdo da sexualidade adquirido por meio de experiências de vida por crianças e adolescentes. Contudo, conforme a literatura tem identificado, não vemos essas orientações acerca da temática sexualidade sendo disponibilizadas para as pessoas com deficiências em geral, principalmente quando se trata de pessoas com deficiência intelectual e síndrome de Down.

Neste sentido, torna-se relevante que discutamos a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual e/ou Síndrome de Down e identificar se esses documentos impactam na construção de ações voltadas a desmistificação da ideia de que pessoa com deficiência é assexuada, eterna criança e incapaz de viver sua sexualidade.

## 1.1 PERGUNTA DE PESQUISA

Questão problema: De que forma a produção de conhecimento sobre a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual e/ou Síndrome de Down no âmbito da escola vem sendo abordada a partir da aprovação do Caderno “Orientação Sexual” relativo aos PCN?

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Caracterizar a produção do conhecimento sobre a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual e/ou Síndrome de Down no âmbito da escola a partir da aprovação do Caderno “Orientação Sexual” relativo aos PCN.

## 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar as principais problemáticas abordadas pelos estudos relacionados à sexualidade de pessoas com Deficiência Intelectual e Síndrome Down no âmbito da escola.

Identificar a perspectiva teórica que fundamenta os artigos obtidos por meio da revisão integrativa (Modelo Assistencialista, Modelo Médico ou Modelo Social – primeira e segunda geração).

Identificar, com base na revisão integrativa do conhecimento sobre sexualidade de pessoas com Deficiência Intelectual e Síndrome Down na escola, se os direitos preconizados aos estudantes pelo caderno “Orientação Sexual” relativo aos PCNs têm sido garantidos na escola.

## 1.4 JUSTIFICATIVA

O interesse pela temática sexualidade e deficiência surgiu no decorrer desta especialização ao constatar que as pessoas com deficiências pouco ou quase nada são citadas em estudos envolvendo o tema em questão.

De acordo com Pinheiro(2004), a sexualidade do ser humano é construída ao longo da vida e envolve uma série de manifestações. Todavia, nas pessoas com deficiências, a manifestação da sexualidade é motivo de muita preocupação pelas ideias errôneas e estereótipos que cercam esta parcela da população.

Corroborando com esta ideia, Maia (2003), diz que as manifestações sexuais das pessoas com deficiência tendem a ser vistas pela sociedade como inadequadas. Para a autora, um trabalho de educação sexual pode assegurar para estas pessoas uma vida sexual segura e saudável.

Os Parâmetros Curriculares Nacional - PCN (1997), documento que orienta o trabalho das escolas em relação à temática, traz que sexualidade é entendida como inerente ao ser humano, sendo um processo construído ao longo da vida e marcado pela singularidade de cada sujeito. Assim, as pessoas com deficiências também têm neste processo especificidades que precisam ser consideradas, mas que não anulam sua sexualidade.

Nessa ótica, a Declaração de Salamanca (1994), estabelece diretrizes para uma educação inclusiva e tem nos seus princípios norteadores a aceitação das diferenças individuais, a valorização da diversidade humana, o direito de pertencer, a aprendizagem cooperativa, o reconhecimento das minorias sociais, a busca da qualidade de vida e o exercício da cidadania. Esses direitos também abrangem viver uma sexualidade segura, saudável e com autonomia.

Embora haja avanços na área da inclusão social com o aumento das políticas públicas e ações aportadas no protagonismo das pessoas com deficiência, quando se trata de discutir a sexualidade destas pessoas ainda encontramos dificuldades, tanto no ambiente familiar como nas escolas e instituições que prestam atendimento para pessoas com deficiências.

Para Maia e Ribeiro (2010, p. 160)"as políticas públicas mundiais têm lutado pelos direitos de acesso à educação, à saúde, e a vida social daqueles com deficiência, mas pouco se tem feito ou divulgado no sentido de incentivar a inserção afetiva e sexual dessas pessoas[...]". Essa questão apontada pela autora contribui também para justificar a relevância de se estudar mais o tema para que se possa contribuir com a qualidade das políticas educacionais voltadas a criação de uma educação de qualidade para todas as pessoas.

Diante das discussões acima apresentadas, ressalta-se que a realização dessa pesquisa possibilitará fazer um mapeamento da produção científica acerca da

sexualidade da pessoa com Deficiência Intelectual e /ou Síndrome de Down. Essa poderá apontar até que ponto os direitos sexuais dessas pessoas estão garantidos no âmbito da educação.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 HISTÓRICO

A história da Educação Especial começa no período pré-cristão com o abandono e a exclusão, onde as pessoas com deficiências eram consideradas subumanas e as atitudes de extermínio legitimadas pelas sociedades. Na Idade Média (Cristianismo), vivemos a era da proteção e piedade, pois todo homem tem uma alma, que não deve ser exterminada a não ser que atente contra a ordem religiosa (FERREIRA, SILVA e DECHINI, 2012).

Nesta época a Ciência era pouco desenvolvida e as pessoas com deficiências tinham uma perspectiva de vida muito curta, por isso, passaram a ser acolhidas em asilos que isolam e escondem o incômodo ou inútil. Muitos loucos, adivinhos, alucinados e com deficiência intelectual morreram na Inquisição, confundidos com bruxos e hereges (FERREIRA, SILVA e DECHINI, 2012).

Para Ferreira, Silva, Dechini (2012), no século XVIII e XIX surge o período da segregação social e a substituição do poder da Igreja pelo poder do Estado. Com o forte desenvolvimento das ciências as deficiências adquirem caráter de patologia, doença. A fatalidade hereditária ou congênita é o novo estigma, e surgindo várias instituições para atender as pessoas com deficiência. Aparecem as escolas para cegos e surdos e acredita-se na escolarização das pessoas com deficiências físicas e sensoriais. Esta fase de institucionalização registra a importância desse indivíduo ser visto com direitos e possibilidades educativas. Porém, apesar dessa fase representar um avanço na evolução dos atendimentos especiais, as pessoas com deficiências apareciam isoladas do convívio social e confinadas em instituições residenciais (FERREIRA, SILVA e DECHINI, 2012).

No final do século XIX e em meados do século XX, há uma redução da segregação imposta à pessoa com deficiência e uma inserção das pessoas com deficiência em escolas especiais comunitárias ou em classes especiais inseridas, principalmente, dentro de escolas públicas (FERREIRA, SILVA e DECHINI, 2012).

Em 1970, surgiu o movimento mundial chamado Integração Social, com objetivo de integrar esses indivíduos em ambientes educacionais, os mais próximos possíveis daqueles oferecidos às pessoas sem deficiências (SASSAKI, 1997).

Este movimento ancorava-se na ideia de que a criança devia ser educada até os limites de sua capacidade. Embasada nos conceitos advindos posterior à Revolução Francesa de que a educação poderia produzir uma diferença significativa no desenvolvimento e na vida das pessoas, o conceito de educabilidade do ser humano passou a ser aplicado também à educação dos indivíduos com deficiência (MENDES, 1995).

No Brasil a história da educação especial teve seu início na época do Império com a fundação de duas instituições que são referência até hoje na Educação de surdos e cegos, o Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant e o Instituto dos Surdos-Mudos atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Em 1926 é fundado o Instituto Pestalozzi que é uma instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência intelectual.

Em 1945 passa a funcionar o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, criado por Helena Antipoff. Já em 1954, surge a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE do país.

Nesse contexto passamos a viver o Movimento da Integração que busca inserir as pessoas com deficiências na sociedade, porém só aquelas que alcançarem um nível social adequado para a sociedade vigente. Neste movimento é a pessoa com deficiência que tem que se adequar á sociedade. Assim, não se exige nada da sociedade em termos de modificação de atitudes, de espaços físicos, de objetos e de práticas sociais (SASSAKI, 1997).

Ainda de acordo com o autor, essa prática reflete o modelo médico de compreensão da deficiência enfatizada no diagnóstico e tendo como prognóstico o objetivo de classificar, comparar e normatizar o desviante. Este modelo médico parte do pressuposto de que as pessoas com deficiências não apresentam competências para o exercício de atividades sociais como educação, lazer e trabalho, assim, são privadas de seus direitos e deveres, e reconhecidas como indivíduos incompetentes para aprender, pensar e decidir.

No decorrer dos anos 60 as pessoas com deficiências começam a ser alvo das políticas públicas e várias iniciativas implementadas na área de educação especial revelaram o interesse da sociedade ao problema da deficiência. Foi a partir de convenções internacionais que começaram a fomentação de políticas públicas com vistas a garantir o direito das pessoas com deficiência. Temos na década de 90 a intensificação do movimento pela inclusão que tem como premissa a adaptação da

escola às necessidades dos alunos, por meio de um sistema educacional que busca a qualidade para alunos com ou sem deficiências, respeitando a diversidade (BARBOZA,2013).

## 2.2 LEGISLAÇÃO

No contexto mundial temos a Declaração Universal dos Direitos Humanos que reconhece que todas as pessoas têm direitos iguais e alienáveis. Assim, confirma e seu artigo 2º:

[...] todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente proclamação, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos na Tailândia em 1990, resultou em propostas com vistas a garantir este direito a todos, independente de suas especificidades e o Brasil assume o compromisso de construir um sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2010).

Já a Conferência em Salamanca, na Espanha em 1994 contou com a participação de noventa e dois governos e de vinte e cinco organizações internacionais, com o objetivo de promover a Educação para Todos, sobretudo às pessoas com necessidades educativas especiais, no sistema comum de ensino. O movimento da inclusão na escola está fundamentado na aceitação das diferenças individuais, a valorização da diversidade humana, o direito de pertencer, a aprendizagem cooperativa, o reconhecimento das minorias e a busca da qualidade de vida, com o exercício da cidadania (BARBOZA, 2013).

A Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais (BRASIL, 2010).

No contexto brasileiro a Constituição Federal de 1988, traz no em Art. 208, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:



- I. ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II. progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III. atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino(BRASIL 2010).

Foi a partir de 1996 com aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Lei nº 9.394/96 que são lançadas as bases para uma escola pluralista que respeita a diversidade e assegura á todas as pessoas, sem discriminar negativamente singularidades ou características específicas de indivíduos ou grupos humanos.

Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) no Art. 5"Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais".

Já as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica representam um avanço na perspectiva de universalização do ensino e um marco universal quanto à atenção a diversidade na educação brasileira e focaliza a temática em dois grandes grupos: a organização dos sistemas de ensino para o atendimento ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais e a formação do professor (BRASIL, 2001).

O grande marco da Inclusão, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação (BRASIL, 2010).

De acordo com o documento esta política vem orientar os sistemas de ensino para garantir com vista o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade e atitudinal arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas(BRASIL, 2010).

E o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, sistematiza o Atendimento Educacional Especializado na rede regular de ensino e salas de recursos multifuncionais (BRASIL, 2010).

### 2.3 SEXUALIDADE, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU SÍNDROME DE DOWN

Pessoas com deficiências são aquelas que possuem uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social (BRASIL, 2010). A deficiência intelectual é conceituada pela Associação Americana de Retardo Mental (AARM, 2002), como limitações significativas em ambos, funcionamento intelectual e comportamento adaptativo e está expresso nas habilidades sociais, conceituais e práticas, se originando antes dos 18 anos.

Uma das causas mais frequentes de deficiência intelectual é síndrome de Down. Esta condição genética foi reconhecida há mais de um século por John Langdon Down. É causada pela presença de três cromossomos 21 em todas ou na maior parte das células de um indivíduo e ocorre na hora da concepção do indivíduo. As pessoas com síndrome de Down, ou trissomia do cromossomo 21, têm 47 cromossomos em suas células em vez de 46, como a maior parte da população (MOREIRA, 2000).

Conforme Pinheiro (2006), a Sexualidade é um atributo de todo ser humano e é construída ao longo da vida, envolvendo uma série de manifestações. De maneira geral é vista como tabu e gera muitos constrangimentos ao ser abordado principalmente quando falamos da sexualidade da pessoa com deficiência.

Quando falamos em Inclusão, falamos de todas as possibilidades de desenvolvimento e participação social que prevê a Declaração de Salamanca. Neste sentido é preciso que se abordem os aspectos que envolvem a sexualidade da pessoa com deficiência, pois esta abarca comportamentos sociais e interpessoais, porém nas escolas ainda é uma questão que gera muitas discussões devido à complexidade que a temática aborda. Embora faça parte dos currículos, é um desafio para os educadores (as) adotarem um olhar reflexivo sobre preconceitos estabelecidos e trabalharem a

sexualidade para além da saúde. Essa questão é ainda mais delicada ao se tratar de pessoas com deficiências.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN(1997), a educação sexual é denominada de orientação sexual e deve ser trabalhada de forma transversalizada em todas as disciplinas, porém observamos que as pessoas com deficiência ficam à margem destas políticas.

Cabe explicar que no entendimento dos autores a educação sexual será decorrente de bagagem de crenças e valores culturais familiares, passada de maneira informal e orientação sexual abrange um trabalho sistematizado e de caráter pedagógico sobre o conteúdo da sexualidade adquirido por meio de experiências de vida por crianças e adolescentes, contudo não vemos programas de educação sexual que contemple essas orientações para as pessoas com deficiências.

A sexualidade da pessoa com deficiência intelectual e/ou síndrome de Down é um tema pouco discutido e invisibilizado por professores e familiares. Estes percebem a pessoa com deficiência como uma eterna criança, desprovidos de sexualidade e associado à idéia de um sujeito assexuado, cuja ingenuidade não permite qualquer desejo, interesse sexual ou ato sexual.

Conforme Dall'Alba (1992), os pais condicionam seus filhos a serem eternas crianças, sem desejos sexuais e os privam de valores que favorecem sua participação no mundo adulto e " [...] não é ensinado aos deficientes que eles são capazes de tomar decisões e assumir responsabilidades, como também os meios para tal". Neste sentido, ao não assumir responsabilidade e tomar decisões, perde o direito de manifestar-se sexualmente (DALL'ALBA, 1992).

Corroborando com Dall'Alba (1992), Sampaio (1995), afirma que o desejo de proteger os filhos impede os pais de enxergá-los como sexuados e faz com que sejam tratados como crianças, assexuadas. Contudo, a família se surpreende quando começa a perceber que seu filho (a) com deficiência se masturba, fala em namorado (a), excita-se em frente a algumas cenas da televisão, faz perguntas, entre outros.

[...] Os pais, habitualmente observam a manifestação sexual (quando falam em namorar, casar; quando se masturbam, etc.) e continuam negando sua existência, utilizando mecanismos do tipo: tratar a pessoa deficiente mental como criança, inocente; restringir as informações a respeito do funcionamento do seu corpo; basear as orientações oferecidas a respeito do comportamento sexual – quando dadas – em censuras e repressões. Procuram usar de muitos meios para impedir a manifestação sexual e, principalmente, para ser conhecida a

ocorrência dela. O que fica visível nesse modo de proceder dos pais é que eles acabam contribuindo, até involuntariamente, para criar mais uma dificuldade na vida dos filhos [...] (SAMPAIO 1995, p. 24).

Observamos então que a sexualidade faz parte da vida de qualquer ser humano, seja uma pessoa com deficiência ou não e está associada ao desenvolvimento da afetividade, à capacidade de entrar em contato consigo mesmo e com o outro, elementos fundamentais para a construção da auto-estima.

Para Moreira (2011), a pessoa com deficiência percebe sua sexualidade dentro da etapa da maturidade psicossocial e o desenvolvimento físico na adolescência leva naturalmente à novos comportamentos e a manifestação do interesse sexual. Assim, se torna urgente a educação sexual, que, de modo ideal, deve ser conduzida pela família e pela escola.

Neste sentido, pais e professores devem começar cedo a educação sexual da pessoa com deficiência, respondendo as suas dúvidas e orientando o seu comportamento, dentro dos parâmetros sociais vigentes, pois muitas vezes pessoas com deficiências são mais afetivas e demonstram sem vergonha seu carinho, com abraços e beijos. Este comportamento pode fazer com que as pessoas não compreendam e interpretem como "sexualidade precoce e ou exacerbada", provocando constrangimentos.

De acordo com Pinheiro (2012), tanto pais como professores estão despreparados, apresentando atitudes confusas e ambivalentes quanto à sexualidade de seus filhos e alunos com deficiência. Em decorrência, geralmente, não lhes fornecem educação sexual e quando o fazem fica abaixo do necessário.

Portanto, as pessoas com deficiência sentem necessidades sexuais idênticas às pessoas sem deficiências, entretanto, seus conhecimentos incertos a respeito de sua sexualidade, experiências limitadas e, na maioria das vezes, controladas por pais e profissionais, não lhe possibilitam viver plenamente sua sexualidade.

### 3 MÉTODO

Este estudo pautou-se no método de pesquisa qualitativa, tendo sido realizada uma revisão integrativa da literatura. Esta metodologia de pesquisa permite a análise ampla da literatura, contribuindo para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas, assim como reflexões sobre a realização de futuros estudos (Mendes, Silveira e Galvão, 2008). Este método possibilita um profundo entendimento de um determinado fenômeno baseando-se em estudos anteriores.

Conforme Mendes, Silveira e Galvão (2008), a revisão integrativa da literatura proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade dos resultados de estudos significativos na prática.

Para realização deste estudo foram seguidas as etapas metodológicas que caracterizam esta pesquisa como uma revisão integrativa do conhecimento. São elas: identificação do tema e seleção da questão pesquisa; critérios de exclusão e inclusão; definição das informações relevantes nos estudos; categorização dos estudos; avaliação e análise dos estudos incluídos na revisão; interpretação e revisão do conhecimento (GIRONDI, SANTOS, 2011).

Com o objetivo de responder a problemática " De que forma a produção do conhecimento sobre a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual e/ou Síndrome de Down no âmbito da escola vem sendo abordada a partir da aprovação do Caderno Orientação Sexual relativos aos PCNs", buscou-se publicações científicas brasileiras nos seguintes banco de dados: *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)*, nas Reuniões Científicas da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e no Google Acadêmico.

Foram empregados, para busca dos artigos, os seguintes descritores e suas combinações: sexualidade, deficiência intelectual, escola, educação especial, educação sexual, orientação sexual, Síndrome de Down, deficiência intelectual e educação.

No banco de dados do SciELO foram encontrados 37 artigos, na ANPED 3 artigos e no Google Acadêmico 87 artigos. Para a seleção da revisão integrativa, foram escolhidos os trabalhos em que a temática de nosso interesse aparecia como principal e anunciada no título e resumo da pesquisa. Dentre os selecionados, 15 artigos atendia o objetivo principal da investigação.

Os critérios de inclusão foram artigos disponíveis no idioma português, com ano de publicação a partir da publicação do Caderno "Orientação Sexual" relativo aos PCNs e que retratassem na íntegra a temática em questão.

Como critério de exclusão optou-se por não utilizar textos incompletos e artigos que não estivessem disponíveis na íntegra on-line. Por meio dos descritores, bem como após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram 15 artigos para a análise.

Para a análise das informações obtidas por meio da revisão foi utilizada a análise de conteúdo com base em Bardin (2000). Quanto aos procedimentos utilizados na análise, primeiramente realizou-se a seleção dos artigos que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão. Em seguida, foi realizada a leitura flutuante do material, buscando-se identificar os elementos de conteúdo a serem submetidos posteriormente à classificação por categorias. Por fim, esses conteúdos foram agrupados em categorias de análise.

## 4 RESULTADOS

Após a leitura dos trabalhos na íntegra, as informações sobre a temática foram sintetizadas em 4 categorias. São elas: a) os mitos, estereótipos e ambigüidades que cercam a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual e/ou Síndrome de Down; b) dificuldades dos profissionais e pais de lidarem com a sexualidade dos estudantes com deficiência e intelectual e/ou Síndrome de Down; c) segregação e preconceito social da sociedade diante da manifestação da sexualidade das pessoas com deficiências na escola e a falta de programas de educação sexual para as pessoas com deficiência; d) vulnerabilidade das pessoas com deficiências frente as DSTs e abuso sexual.

### 4.1 OS MITOS, ESTEREÓTIPOS E AMBIGUIDADES EM RELAÇÃO A SEXUALIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU SÍNDROME DE DOWN

A sexualidade faz parte do desenvolvimento do ser humano e possui uma dimensão plural, ou seja, biológica, psicossocial e cultural. Enquanto função constituinte do ser humano é sinônimo de bem-estar e saúde. Porém ao se tratar da sexualidade de pessoas com deficiência este assunto é carregado de mitos, estereótipos e conceitos ambíguos.

De acordo com Maia e Ribeiro (2008, p.162) "os mitos sobre sexualidade e deficiência referem-se as idéias, discursos, crenças, inverdades, que são ideológicas e que existem para manter e reproduzir as relações de dominação de uns sobre os outros". Essas ideias preconceituosas são crenças sem fundamentos baseados em preceitos e preconceitos atribuídas à um grupo específico em determinada condição, neste caso o modo estereotipado de compreender a sexualidade da pessoa com deficiência (MAIA, RIBEIRO, 2008).

As expressões da sexualidade são múltiplas e variadas tanto para pessoas sem deficiências como para as que apresentam alguma deficiência e não é justo rotular e estigmatizar a pessoa pela sua deficiência em detrimento de suas potencialidades e limites. É preciso considerar, o contexto social, econômico, educacional e a diversidade entre as pessoas com deficiências para entender suas dificuldades no campo da sexualidade (MAIA; RIBEIRO, 2010).

A sociedade, por meio da cultura vigente busca modelar o comportamento de seus membros e determinar o que é socialmente aceito e assim, é em relação a sexualidade humana. E numa sociedade que define os padrões de beleza, comportamento e perfeição, as pessoas com deficiência são duplamente estigmatizadas.

Dos 15 trabalhos acadêmicos analisados, 10 trouxeram importantes apontamentos referentes aos mitos, estereótipos e ambigüidades que cercam à sexualidade da pessoa com deficiência intelectual e/ou Síndrome de Down. Os autores também destacam que a invisibilidade do tema contribui para a perpetuação destes mitos na sociedade.

Pinheiro(2004), Moura e Cavalcanti (2009), Maia e Camossa (2003), Barboza (2013), Morales e Batista (2010), Maia e Ribeiro (2008), Maia, Reis-Yamauti, Shiavo, Capellini e Valle(2015), Bastos e Deslandes (2010), Santos (2011), Prioste (2010), Batoni, Souza, Topan, Corbo (2007), abordam em seus estudos que a pessoa com deficiência intelectual e/ ou Síndrome de Down são vistas como assexuadas; hipersexuadas; eternas crianças; indesejáveis; estéreis; incapazes de usufruir o sexo normal; exibicionistas; agressivos sexualmente; ingênuos e inocentes.

Estes mitos e estereótipos vêm de um entendimento que a sociedade tem que estas pessoas são eternas crianças e assexuadas e assim, roubam-lhe a possibilidade de desenvolvimento pleno ao associar a deficiência à incapacidade sexual. Também a sexualidade de modo geral está associada ao ato sexual ou a reprodução e esquece-se que sexualidade é a expressão de um conjunto amplo de sentimentos, sensações que envolve o cuidado com o corpo, auto estima e o conhecimento de si mesmo.

Pinheiro (2004), afirma que para a maioria das famílias os filhos são como "eterna criança, sem padrões de críticas e valores que caracterizam o adulto". Corroborando com Pinheiro temos os estudos de Bastos e Deslandes (2010), os quais afirmam que o desenvolvimento da sexualidade está vinculado ao desenvolvimento integral do indivíduo, sendo considerado um elemento constitutivo da personalidade.

Segundo a literatura analisada a ideia de que as pessoas com deficiência são hiperassexuadas ou sexualmente agressivos provem da falta de oportunidades de compreender as emoções despertadas pela descoberta da sexualidade. Os autores concluem que a família não fornece educação sexual adequada com informações e orientações bem pontuais sobre comportamentos sexuais aceitáveis. Também ponderam que a falta de convivência e interação social com pessoas sem deficiências e da mesma faixa etária contribui para a reprodução dos comportamentos inapropriados. De acordo



com Bastos e Deslande (2010), as pessoas com deficiência intelectual observam no seu cotidiano a situações que apresentam a manifestação da sexualidade de forma explícita, propiciando a sua identificação com estas pessoas, mas as oportunidades dadas a elas de desempenhá-las não é a mesma que a sociedade dá para as pessoas sem deficiências.

A ambigüidade de conceitos que a sociedade e a família tem em relação à temática "deficiência e sexualidade" está amparados nos discursos de que a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual e/ou Síndrome de Down é atípica ou infeliz, assexuada ou hiperassexuadas, frágil e desinteressante. Isto porque a pessoa com deficiência intelectual e/ou Síndrome de Down enfrenta o duplo preconceito, o de ter uma deficiência e da manifestação da sexualidade (MAIA e RIBEIRO, 2010; BARBOZA, 2013).

Observa-se que a compreensão da deficiência intelectual como um rebaixamento na inteligência e que gera limitações no desenvolvimento de sua maturidade emocional e social, mantém estas pessoas em um status infantilizado. Assim, sua sexualidade é negada e suas manifestações percebidas como comportamentos patológicos, reforçando as ideias errôneas que levam ao estigma e a segregação (BARBOZA, 2013).

Associado a ideia que pessoas com deficiência intelectual e/ou Síndrome de Down apresentam déficit relativos aos mecanismos de repressão e autocrítica que interferem em suas relações interpessoais, está a desinformação dos pais e profissionais sobre a sexualidade que ora é tratado como assexuado, e ora como possuidor de uma libido mais desenvolvida do que as pessoas com desenvolvimento típico. Assim, as manifestações sexuais destas pessoas são ignoradas e classificadas de exibicionismos ao lhe cercearem o direito de se mostrar-se sexuado (MAIA e RIBEIRO, 2010; BARBOZA, 2013).

#### 4.2 DIFICULDADES DOS PROFESSORES E PAIS DE LIDAREM COM A SEXUALIDADE DE SEUS FILHOS

Os estudos de Morales e Batista (2010); Barboza (2013); Maia e Ribeiro (2010); Bastos e Deslandes (2010); Pinheiro (2004); Moura e Cavalcanti (2009); Maia e Camossa (2003); Batoni, Souza, Topan e Corbo (2007); Prioste (2010); Maia, Reis Yamauti, Schiavo, Capellini, Valle (2015) e Santos (2015) trazem que a maioria dos pais e professores subestimam a capacidade das pessoas com deficiência intelectual

e/ou Síndrome de Down de viver sua sexualidade. Isto, devido a visão mítica que pessoas com deficiência são limitadas e incapazes de analisar suas vidas e expressar seus sentimentos.

Contudo os autores(as) observam que a problemática maior não são as limitações dos indivíduos, mas a desinformação, o preconceito, a negação e indiferença sobre o assunto por parte das pessoas que os circundam (BATONI, SOUZA, TOPAN e CORBO, 2007).

Para Bastos e Deslandes (2010), os pais ao considerarem seus filhos(as) inocentes sexuais negam-lhe os direitos de manifestação da sexualidade e não oferecem-lhe possibilidades de compreensão das emoções despertadas por ela, dificultando a exploração da sua curiosidade sexual. Neste sentido, preferem ignorar o assunto a ter de lidar com a situação pois acreditam que falar sobre sexualidade pode estimular ainda mais a manifestação sexual de seu filho(a).

Os estudos pontuam que as pessoas com deficiência intelectual e /ou Síndrome de Down são atendidas de maneira assistencialista pelas famílias e instituições desde a infância e acabam segregado(as) e isolados da convivência com seus pares. Observa-se que a pessoa com deficiência é censurada ao falar de sexo tanto na escola quanto na família e sempre está vinculado a uma suposta ingenuidade ou inocência, não sendo responsável pelos seus atos. Assim, é negado a este indivíduo o direito de ser visto como um sujeito social que pode exercer múltiplos papéis seja na comunidade, seja na família (GLAT, 1992).

As pessoas com deficiência intelectual e/ou Síndrome de Down tem a vivência da sexualidade obstaculizada pela interdição de seus familiares e da sociedade em que tolhem a autonomia e negam-lhe a possibilidade de exercer sua sexualidade de forma plena e prazerosa. A masturbação também é tema de discussões entre família e escola que vêem esta conduta como exibicionismo. Contudo, os estudos apontam que esta conduta está ancorada na falta de uma educação sexual adequada com informações a respeito do funcionamento do seu corpo e comportamentos sexuais socialmente aceitos.

Ressalta-se que estas pessoas possuem conhecimentos precários a respeito de sua sexualidade, suas experiências são limitadas e na maioria das vezes as orientações recebidas são em sentido de repressão e proibições (PINHEIRO, 2004).

Esta assertiva vai na contramão do que preconiza o documento Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1997), que orienta as escolas a trabalhar com os diversos valores associados à sexualidade e comportamentos sexuais existentes na sociedade e

assim, possibilitar ao estudante com e sem deficiências o desenvolvimento de atitudes coerentes com seus valores.

Contudo Prioste (2010), destaca que os professores não se sentem preparados para trabalhar com a sexualidade de seus alunos, mesmo tendo conhecimento da orientação sexual como um dos temas interdisciplinares a serem abordados em sala de aula e com sugestões de intervenção, a temática ainda continua sendo um desafio para os educadores.

Neste sentido, Pinheiro(2004), afirma a necessidade de implantação de programas de educação sexual e de formação adequada para profissionais que lhe capacitarão para orientar a família e valorizar os reais conhecimentos, experiências, sentimentos/ atitudes e necessidades das pessoas com deficiências intelectual e/ou Síndrome de Down frente sua sexualidade.

#### 4.3 SEGREGAÇÃO E PRECONCEITO SOCIAL DIANTE DA MANIFESTAÇÃO DA SEXUALIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NA ESCOLA E A FALTA DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL

Conforme discutido até o momento, a sexualidade é um atributo de todo ser humano, construída ao longo da vida, possui uma dimensão plural sendo constitutivo da personalidade da pessoa. Entretanto, as manifestações da sexualidade das pessoas com deficiência intelectual e/ou síndrome de Down são vistas como incompatíveis pela sociedade e estigmatizados pelo binômio deficiência/sexualidade.

Para Pinheiro (2004), a sociedade legitima a vivência da sexualidade somente para os indivíduos jovens, atraentes e saudáveis e encara a sexualidade das pessoas com deficiência como patológica, onde a normalidade "é entendida ora como uma expectativa biomédica de padrão de funcionamento da espécie, ora como um preceito moral de produtividade e adequação às normas sociais [...] (DINIZ, BARBOSA e SANTOS, 2009, p. 97).

Maia e Camossa (2003), também discutem que a identidade sexual e a manifestação dos papéis sexuais são expressas socialmente e estão diretamente ligadas às expectativas sociais consideradas aceitáveis e adequadas. Porém com as pessoas com deficiência intelectual e/ou Síndrome de Down o desenvolvimento de uma identidade sexual fica prejudicado ao viverem segregadas do convívio social. Também as poucas informações que recebem sobre sua sexualidade são assimiladas de forma

deturpada. Deste modo, as manifestações sexuais tidas como inadequadas "são frutos da ignorância e da falta de treinamento e que a própria sociedade não respaldou nem garantiu ao deficiente uma educação condizente" (MAIA; CAMOSSA, 2003).

Correlacionado a esta ideia está os estudos de Morales e Batista (2010, p. 237), que critica as tentativas das escolas e instituições de suprimirem a sexualidade dos(as) alunos(as) com deficiência intelectual e/ou Síndrome de Down "ao sublimá-la por meio de práticas esportivas e artísticas, ou reprimi-la pela vigilância constante". As autoras também identificaram o desconforto dos professores na aceitação da sexualidade destes estudantes e ponderam que os mesmos não se sentem preparados para abordar à temática e costumam sentir constrangimento diante das manifestação e curiosidade sexuais deste alunado.

Observamos os avanços das políticas públicas e a luta pelos direitos das pessoas com deficiência em várias áreas, mas pouco se tem feito ou divulgado no sentido de incentivar a inclusão afetiva e sexual dessas pessoas. Há resistências tanto por parte da família quanto dos profissionais que comungam a noção errônea de que a sexualidade das pessoas com deficiência e/ou síndrome de Down é intrinsecamente problemática GLAT (1992).

Também é fator de impedimento para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável o sentimento de piedade por parte da família que se sentem incapazes de impor limites, mostrando-se condescendentes e prejudicando a aprendizagem de regras sociais.

Deste modo, as manifestações afetivo-sexuais que são considerados normais pela sociedade, se manifestados por estes indivíduos são considerados inapropriados e vistos de maneira preconceituosa e desviante. Assim, "o preconceito às pessoas com deficiência configura-se como um mecanismo de negação social, uma vez que suas diferenças são ressaltadas como uma falta, carência ou impossibilidade." (SILVA, 2006, p.426).

A pesquisa realizada por Maia, Reis-Yamauti, Schiavo, Capellini e Valle (2015), sobre a opinião de professores sobre sexualidade e a educação sexual de seus alunos com deficiência intelectual revelou que os mitos sobre o binômio deficiência/sexualidade refletem uma negação da sexualidade dessas pessoas e, muitas das dificuldades de profissionais, familiares e comunidade a esse respeito decorrem de concepções preconceituosas e desinformações.

Portanto, as manifestações de comportamentos inadequados da sexualidade das pessoas com deficiência e/ou síndrome de Down não são comportamentos decorrentes

da deficiência, mas uma consequência direta da falta de uma educação sobre sexualidade e um processo de socialização estigmatizado.

#### 4.4 VULNERABILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FRENTE AS DSTS E ABUSO SEXUAL

As pesquisas revisadas também apontaram que ao se conceber as pessoas com deficiências intelectual e/ou síndrome de Down como assexuadas, negligenciam-se os cuidados contra situações de abusos e se omitem a essas pessoas o direito de acesso a orientação e educação sexual (MAIA e RIBEIRO, 2010). Como um componente básico do desenvolvimento humano, a sexualidade não se restringe ao ato propriamente dito. Este processo faz parte do desenvolvimento da formação da identidade da pessoa e com repercussões na família, na escola, no trabalho e na sociedade em geral cabendo então uma educação sexual que lhe assegure exercê-la com autonomia e segurança.

Neste sentido, a ignorância sexual se constitui um fator de vulnerabilidade e se torna um obstáculo para as pessoas com deficiência intelectual e/ou síndrome de Down que ficam expostas ao abuso sexual e também as doenças sexualmente transmissíveis-DSTs.

Essas ideias se confirmam nos estudos de Barboza (2013), ao apurar que pessoas com deficiência intelectual e/ou síndrome de Down são mais propensas as vulnerabilidades que a população em geral, tendo como principais fatores de risco associados ao HIV, a baixa escolaridade por exclusão da educação formal ou dispensa das aulas de educação sexual nas escolas, falta de acesso aos cuidados de saúde, dificuldade de informação sobre métodos de prevenção para prática de sexo seguro assim, como as condições sociais relacionadas a pobreza.

Observamos que mesmo com os avanços aportados no movimento da inclusão social e ações ancoradas no protagonismo das pessoas com deficiência intelectual e síndrome de Down, a temática sexualidade ainda continua confusa e pouco valorizada pelos profissionais de saúde e educação. Deste modo, a invisibilidade do tema aliado a ausência de programas específicos para estes indivíduos contribuem para uma maior exposição a situação de risco para infecção do HIV e outras DST (BARBOZA, 2013).

Assim sendo, as pessoas com deficiência intelectual e/ou síndrome de Down além de enfrentarem o preconceito da deficiência, ainda tem que lidar com o preconceito contra sua sexualidade evidenciado por profissionais e familiares que os

mantém em um "status" de infantilizado e suas manifestações sexuais entendidas como comportamentos patológicos. Conseqüentemente, a abordagem na área da sexualidade com estas pessoas, implica revisão de posturas e atitudes de pais e profissionais que demandam uma formação específica que considere as potencialidades vocalizadas por estas pessoas(BARBOZA, 2013).

Portanto, o estigma e a discriminação, aliado ao despreparo de pais e profissionais, contribuem para que pessoas com deficiência intelectual e/ou síndrome de Down tenham seus direitos de expressão sexual emudecidos ou explicitamente negados. Contudo, uma educação sexual bem orientada pode diminuir drasticamente os riscos de exploração sexual e de comportamentos socialmente inaceitáveis, assim como prevenir contra uma gravidez indesejada e a incidência de DST.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela apreciação das publicações pesquisadas sobre a temática sexualidade da pessoa com deficiência intelectual e/ou com síndrome de Down fica evidente que a sexualidade está vinculada ao desenvolvimento integral da pessoa sendo considerada um elemento essencial da constituição do sujeito. Todavia, em decorrência dos mitos, tabus e preconceitos que estão relacionados às normas capacitistas, considera-se determinadas pessoas como assexuadas, suas manifestações tendem a ser compreendidas como problemáticas, trazendo preocupações para pais, professores e sociedade de modo geral.

No imaginário social, a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual e/ou síndrome de Down está relacionada à monstruosidade e à anormalidade, o que tem como efeito o não reconhecimento dos direitos de manifestação da sexualidade para esse grupo social.

Diante da revisão integrativa aqui realizada, percebeu-se que as pessoas com deficiência intelectual e/ou síndrome de Down sentem as mesmas necessidades sexuais presentes nas pessoas sem deficiência. No entanto, possuem conhecimentos precários a respeito de sua sexualidade, suas experiências são limitadas e, na maioria das vezes, controladas por pais, professores e profissionais que atuam junto a esta parcela da população.

A presente revisão apontou que, embora há avanços na área da inclusão social, a problemática da sexualidade da deficiência ainda é invisibilizada e pouco discutida pela sociedade. Isso contribui para a perpetuação dos mitos e estereótipos, assim como para que as pessoas fiquem em situação de risco devido as vulnerabilidades que são produzidas no contexto social no qual estão inseridas.

Os resultados também assinalaram que as pessoas com deficiências não são contempladas nos programas de educação sexual existentes nas escolas, o que mostra que há barreiras que obstaculizam o acesso à informação já garantido pelo Caderno de Orientação Sexual referente aos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN. Este documento propõe que o trabalho de educação sexual se contraponha aos estereótipos de gênero, raça, nacionalidade, cultura e classe social ligados à sexualidade.

Os estudos também apontaram que na sociedade ainda prevalecem os modelos caritativos/assistencialista e biomédico de conceber a pessoa com deficiência em

detrimento do modelo social da deficiência. Enquanto nos dois primeiros a deficiência é compreendida respectivamente sob o olhar de que essas pessoas são dignas de assistência e/ou caridade ou que a pessoa com deficiência deve ser normalizada com base em padrões sociais, no modelo social da deficiência a "deficiência é essencialmente uma questão de direitos humanos"(NUSSBAUM,2007).Ademais, no modelo social da deficiência é a cultura da normalidade que descreve os corpos como indesejáveis e não as lesões e impedimentos físicos, sensoriais e intelectuais (DINIZ, BARBOSA e SANTOS,2009).

A revisão integrativa do conhecimento mostrou que há uma carência de estudos sobre a temática deficiência e sexualidade que realmente considere os conhecimentos que estas pessoas têm a cerca de sua sexualidade. Também evidencia o despreparo de pais, professores e demais profissionais da educação e saúde diante da manifestação da sexualidade das pessoas com deficiência intelectuais e síndrome de Down.

Outro elemento que ainda pareceu não ser enfatizado na produção do conhecimento sobre o tema foi relacionado a necessidade de se dar voz às pessoas com deficiência intelectual e/ou síndrome de Down. A maioria das produções fala sobre a experiência da deficiência sem dialogar com as pessoas que vivenciam, o que aponta para a necessidade de que essas pessoas também possam ser ouvidas no processo de produção de conhecimento sobre elas. Isso aponta para a necessidade de estudos em que essas pessoas também sejam ouvidas sobre seus desejos e projetos de vida, corroborando com o preceito dos movimentos sociais de pessoas com deficiência "Nada sobre nós sem nós".

Por fim, a pesquisa também identificou que há urgência de programas de educação sexual que realmente considere as especificidades das pessoas com deficiência intelectual e/ou síndrome de Down e que venham diminuir os mitos e estereótipos relacionados à sexualidade dessas pessoas. Assim, podemos contribuir para a construção de uma sociedade que garanta os direitos sexuais e os direitos reprodutivos dessas pessoas, os quais foram historicamente negados por influência de discursos que, com base em padrões normativos, transformam essas pessoas em menos humanas ou até inumanas.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural/orientação sexual**. 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001a. v. 10.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/ Secretaria de Educação Especial**.-Brasília: 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2011. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas de Deficiência**. Guatemala: 2001.

BARBOZA, R. **Sexualidade e Reprodução como Direitos das Pessoas com Deficiência Intelectual e suas interfaces com as Políticas Públicas Nacionais de Educação e Saúde: lacunas e possibilidades**. R. Pol., São Luís, V.17, n.2, p.467-477, jul/dez.2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BASTOS, O. M.; DESLANDES, S. F. **Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p. 389-397, abr 2005.

BATONI, B. R. *et al.* **Namoro e Sexualidade na Educação Especial.** Revista *Intellectus*, v. 41, n 27, 2007.

DALL'ALBA, Lucena. **Sexualidade e deficiência mental: concepção do professor,**1992. 70 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)- Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 1992.

Declaração de Salamanca. (1997). **Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais** 2ª ed.). Brasília:CORDE. (Original publicado em 1994).

DENARI, E. F. **Adolescência, Afetividade, Sexualidade e Deficiência Intelectual: O Direito ao Ser/Estar.**UFSCAR- São Paulo-SP, 2011.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. **Deficiência, Direitos Humanos e Justiça.** SUR- Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v.6,n.11,2009.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.**São Paulo.Brasiliense.2007.

FERREIRA, M. F.; SILVA, L. C.; C.; DECHINI. **Curso básico: Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado-Uberlândia:** EDUFU, 2012. 342 p.

GIRONDI, J. B. & SANTOS, S. M. V. (2011). **Deficiência física em idosos e acessibilidade na atenção básica em saúde: revisão integrativa da literatura.** *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 32 (2), 378-84.

GLAT, Rosana. **A sexualidade da pessoa com deficiência mental.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 1, n.1, p. 65-74, 1992.

LITTIG, P. M. C. B. *et al.* **Sexualidade na Deficiência Intelectual: Uma Análise das Percepções de Mães de Adolescentes Especiais.** Rev. Bras. Ed. Esp. Marília, v.18,n.3.p.469-486, set 2012.

MAIA, A. C. B. *et al.* **Opinião de professores sobre sexualidade e a educação de alunos com deficiência intelectual.** Estudos de Psicologia I Campinas I32(3)I427-435-2015.

- MAIA, A .C. B; RIBEIRO, M. R. P. **Desfazendo Mitos para Minimizar o Preconceito sobre a Sexualidade de Pessoas com Deficiências.** Rev.Bras.Ed. Esp. Marília, v.16,n.2.p.159-176, 2010.
- MAIA, A. C. B; CAMOSSA, A. D. **Relatos de Jovens Deficientes Mentais sobre a Sexualidade através de Diferentes Estratégias.** Paidéia, 2003, 12(24), 205-214.
- MENDES, K. C. S., SILVEIRA, R. C. P., & GALVÃO, C. M. (2008). **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde ena enfermagem.** *Texto & Contexto Enfermagem*, 17 (4), 758-764.
- MORALES, A. S.; BATISTA, C . G. **Compreensão da Sexualidade por Jovens com Diagnóstico de Deficiência Intelectual.** Psic. Teor. e Pesq. Brasília, v.26, n 02, jun 2010.
- MOURA, E. S.; CAVALCANTI, T. C. F. **Educação Inclusiva: Sexualidade e Deficiência Intelectual.** UFPE. 2010.
- MOREIRA, L. M. *et al.* **A Síndrome de Down e sua Patogênese: Considerações sobre o Determinismo Genético.** Rev. Bras. Psiquiatria. 2000.
- MOREIRA, L. M. A. **Questionamento sobre a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual.** In: *Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual.* Salvador: EDUFBA, 2011.
- NUSSBAUM, M. (2007). **Las fronteras de la justicia.** Madrid: Paidós.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social>.
- PAULA, A. R. *et al.* **Pessoas com Deficiência: Pesquisa sobre a Sexualidade e Vulnerabilidade.** Tema sobre Desenvolvimento 2010, 17(98): 51-65.
- PINHEIRO, Silvia Nara Siqueira. **Sexualidade e Deficiência Mental: Revisando Pesquisas.** Psicologia Escolar e Educacional, Maringá, v. 8 n.2 ,p. 199-206, 2004.

PRIOSTE, C. D. **Educação Inclusiva e Sexualidade na Escola- Relato de caso.**

Estilos da Clínica, São Paulo, Vol. 15, nº 1, 14-25, 2010.

SAMPAIO, Iliane Esnarriaga. **Percepção de mães sobre a sexualidade de seus filhos deficientes mentais.** Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 1995.

SANTOS, D.M.T. **Sexualidade e Deficiência Intelectual: O direito à Educação Sexual e a afirmação dos Direitos Humanos.** V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". São Cristovão-SE/Brasil. 2011.

SILVA, Luciene M. da. **O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência.** *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2006, vol.11, n.33, pp.424-434. ISSN 1413-2478.

SILVA, M. D et al. **Sexualidade e a Pessoa com Deficiência Intelectual: Direitos e Escolhas Socialmente Construídos.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro-CAPUERJ. 2014.

VICTOR, L.S et al. **A Sexualidade emergente em adolescentes com deficiência mental: relatos, reflexões e propostas.** 2010.